



Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à revista The Economist

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2006

Jornalista: Na próxima semana o senhor vai se reunir com Tony Blair e queria saber o que vai falar para ele sobre as negociações de comércio global.

Presidente: Bem, nós temos, na conversa com o Tony Blair, uma pauta bastante extensa, que eu pretendo discutir com ele. Obviamente que a questão da OMC e a Rodada de Doha é muito importante porque eu já disse pessoalmente ao Tony Blair, por telefone e depois na África do Sul, que é preciso que haja um gesto nessas negociações, em que nem os países ricos e nem os países emergentes sejam os grandes ganhadores, que os grandes ganhadores desse acordo sejam os países mais pobres do mundo, seja da América Latina, seja da África e da Ásia, porque o que nós fizermos na Rodada de Doha vai ter incidência na Humanidade nos próximos 20 ou 30 anos.

E a minha tese com o Tony Blair, que foi o primeiro chefe de Estado com quem eu falei, é que nós não podemos deixar essas negociações terminarem nas mãos dos negociadores, do representante da Inglaterra, do representante do Brasil, do representante da Alemanha, do representante americano. Em algum momento, nós temos que chamar os chefes de Estado para decidirem algumas coisas que são consideradas importantes. E me preocupa, sobretudo, a questão da agricultura para os países pobres. Eu sei que a questão agrícola na Europa não é apenas uma questão econômica, é muito mais uma questão de sensibilidade política do que de sensibilidade econômica. Lembrar que num país como a França, a mão-de-obra significa apenas 1% da força de trabalho



da França na agricultura; na Inglaterra significa 2,8%; na União Européia significa 4,8%; mas no Brasil significa 25%; que em países asiáticos significa 50%; em Camarões significa 70%.

Então, os países que têm essa incidência muito grande na área da agricultura precisam ter, da nossa parte, um alento, um gesto para que tornem o comércio na área de agricultura um pouco mais favorável aos países mais pobres. Essa é uma das coisas que eu pretendo discutir com o Tony Blair e também porque é preciso que tenha um governo, na Europa, que assuma uma posição mais progressista, mais humanitária. Não pensar apenas no comércio nas próximas eleições, pensar nos próximos 30 anos.

O que nós queremos com o mundo? Eu acho que a questão da paz, a questão do combate ao terrorismo, a questão da diminuição do fundamentalismo está ligada à melhoria das condições de vida das pessoas mais pobres. Esse é um assunto que eu quero discutir muito com o primeiro-ministro Tony Blair.

E, também, uma coisa que está na ordem do dia na minha cabeça e, eu acho, está na ordem do dia na cabeça de muitos governantes, e pode ser uma política muito boa para os países de economia frágil, é a questão da energia renovável, sobretudo na área do etanol e na área do biocombustível. Esse é um assunto que eu acho que a Alemanha já tem uma forte política e eu acho que a Inglaterra pode assumir um papel de destaque.

Jornalista: Em qual sentido?

Presidente: Veja, nós precisamos utilizar o biodiesel para fazer parcerias com os países mais pobres e desenvolver a produção de biodiesel nos países mais pobres. O biodiesel é muito gerador de empregos. Aqui, no Brasil, nós temos



uma experiência muito rica com umas cinco empresas que já estão produzindo biodiesel. Nós criamos uma coisa chamada Selo Social. Então, a empresa que compra a oleaginosa do pequeno produtor, tem uma isenção tributária. E isso facilita que a gente gere milhares de empregos para pequenos produtores no campo, seja com a soja, seja com a mamona, seja com semente de girassol, seja com o caroço do algodão.

Então, eu fico imaginando o seguinte: para as próximas décadas, quem sabe, ao invés de nós utilizarmos as palavras “fazer prospecção de petróleo”, nós vamos plantar petróleo. Ao invés de cavarmos um poço com 2000 metros de lâmina d’água, depois mais quatro metros de profundidade na terra, a gente vai cavar um burquinho de 30 centímetros, plantar uma semente e, com um 1.80 m de altura a gente vai colher e transformar isso em biodiesel, que é uma coisa extraordinária: menos poluente, mais gerador de empregos e renovável, ou seja, pode durar para toda a vida.

Jornalista: Presidente, para conseguir esse acordo na área de agricultura, o Brasil vai estar disposto a reduzir substancialmente as tarifas de manufaturados aqui no país?

Presidente: Substancialmente, não. Proporcionalmente ao valor e ao peso da nossa economia. Aliás, eu já fiz questão de dizer ao presidente Bush, ao primeiro-ministro Tony Blair, ao presidente Chirac, à Chanceler alemã, ao Presidente da África do Sul, ao Presidente da Índia, ao Presidente da China, eu já fiz questão de dizer o seguinte: o Brasil está disposto a dar a sua contribuição, flexibilizando tanto no setor industrial quanto no setor de serviços, proporcional ao peso da nossa economia. Nessa negociação precisa prevalecer não apenas a visão imediatista da próxima eleição ou a visão imediatista de cada país individualmente, mas precisa prevalecer um pouco de



uma visão mais humanitária, ou seja, nós estamos fazendo acordos que podem ter efeito na humanidade para os próximos 30 anos. Então, nós temos que, a partir dos países mais ricos, fazer as concessões, os emergentes fazem as suas concessões e os pobres fazem as suas. Então, nós fazemos uma coisa mais equânime, mais justa do ponto de vista da distribuição do resultado da riqueza que queremos produzir nas próximas décadas.

Jornalista: Então, proporcionalmente ao peso da economia, ao invés de proporcionalmente às concessões dos países ricos.

Presidente: Veja, mas as concessões dos países ricos também serão feitas em função das necessidades econômicas e políticas dos países ricos, ou seja, tem que ser proporcional à oferta que os países ricos fizerem, tem que ser proporcional ao que representa cada um na balança comercial. É um conjunto de interesses que vai permitir que cheguemos a um acordo. Agora eu, particularmente, estou convencido de que esse acordo é um acordo mais político do que comercial, é mais político do que econômico. Ele é mais econômico para os países pobres e mais político para os países emergentes e para os países ricos. E falo isso com a alma muito limpa porque o Brasil não tem medo de competir com nenhum país rico quando se trata de agricultura. Nós temos tecnologia, temos solo, temos todas as condições favoráveis para competirmos com qualquer país. Então, quando nós entramos na OMC e brigamos para o açúcar entrar no mercado europeu ou o algodão, nós não estamos brigando apenas pelo nosso interesse porque isso ajuda muito mais países como Benin, que produz 450 mil toneladas de algodão e tem, nessas 450 toneladas, a base da sua economia.

Jornalista: Presidente, o Brasil está lutando para conseguir um lugar



permanente no Conselho de Segurança da ONU. Como ajudaria o Brasil e o mundo?

Presidente: Vamos inverter um pouco a pergunta, ou seja, o Brasil está brigando para que a gente faça uma reforma profunda na ONU. A ONU já completou 60 anos, o mundo e os conflitos para os quais ela foi criada não existem mais ou pelo menos na proporção que justificou a criação da ONU. E a ONU precisa levar em conta a nova geopolítica. Acabou a bipolaridade, acabou a Guerra Fria, a democracia está se consolidando em muitos países. Então, o que nós queremos? Que a ONU seja mais representativa, que ela possa representar mais condignamente o que é o mundo político de hoje e não apenas o Conselho de Segurança. O Conselho de Segurança é um rito, mas o ECOSOC também, que discuta a questão econômica, precisa mudar. Nós precisamos dotar a ONU de instrumentos que lhe dê credibilidade para tomar as decisões. Depois que nós conseguirmos a reforma na ONU, o Brasil, obviamente, como o maior país da América Latina, está se apresentando como um postulante. Outros irão se apresentar. Nós entendemos que os continentes têm que ser melhor representados. A África tem 59 países, portanto a África precisa ter, no mínimo, dois representantes no Conselho de Segurança da ONU. Aqui nós temos Brasil, temos México, temos Argentina que são países que podem pleitear. Quer dizer, eu fico incomodado, às vezes, e tive a oportunidade de conversar com o presidente Hu Jintao, ou seja, por que não o Japão? O Japão que é uma das maiores economias do mundo, que investe dinheiro na China, que investe dinheiro no Brasil, que investe dinheiro nos Estados Unidos, por que não pode estar na ONU?

Nós não podemos permitir que problemas que aconteceram no século passado influenciem as decisões que nós queremos tomar para os séculos futuros. É preciso que todos nós dirigentes tenhamos a cabeça aberta. Quer



dizer, eu, de vez em quando, vejo o dirigente político se preocupar com uma coisa que aconteceu no século XIX, no século XVIII, meu Deus do céu! Eu acho que nós temos que ter maturidade e sensibilidade para fazer com que isso faça parte da história e encontrar possibilidades de fazer novos acordos para o futuro. Afinal de contas, nós não estamos governando para os que já foram, nós estamos governando para os que vêm depois. Este é o sinal que eu acho que deve representar a reforma da ONU, é uma ONU para o futuro, é uma ONU com mais força, mais democrática, mais incisiva nos conflitos e com muito mais agilidade. E aí tem que ter o peso dos países mais importantes. Muitas vezes a ONU toma uma decisão, se ela não agrada aos Estados Unidos ou não agrada à China, essa decisão, muitas vezes, não é levada à prática. Então, o que nós queremos é que todos nós possamos decidir, depois de discutir o necessário. Mas, ao decidirmos, essa política tem que ser implementada, ela vale para Israel, vale para os palestinos, ela vale para a China, vale para os Estados Unidos, ela vale para o Brasil, vale para a Bolívia, por isso é que ela tem que ser forte.

Jornalista: O seu colega Hugo Chávez é um presidente eleito, mas não atua de uma maneira muito democrática. Observadores internacionais encontraram uma nova autoridade eleitoral para eleições presidenciais. Parece que o Brasil esteja relutante em criticar Hugo Chávez. Por quê?

Presidente: Primeiro, porque não é papel do Brasil ficar criticando os governos democráticos eleitos em seus países. O Brasil defende a autodeterminação dos povos e, portanto, nós achamos que Hugo Chávez é um problema da consciência política do povo da Venezuela, como o Brasil é da sua consciência política, a Argentina e a Bolívia. E eu queria dizer o seguinte: eu tenho uma relação pessoal muito boa com o presidente Chávez, o Brasil tem uma relação



comercial, econômica, estratégica de investimentos em infra-estrutura com a Venezuela. O Brasil foi que propôs a constituição do Grupo de Amigos da Venezuela para consolidar o referendo com a participação de figuras importantes, como Jimmy Carter, que teve um papel importante para que a gente tivesse um referendo fiscalizado e bem-feito. Eu me lembro que no dia 25 de janeiro de 2003, eu nem conhecia o Chávez direito ainda, quando eu propus o Grupo de Amigos, que nós indicamos os Estados Unidos para participar, indicamos a Espanha... E por que eu indiquei os Estados Unidos e Espanha? Porque eram os dois que tinham o maior confronto com a Venezuela. Os Estados Unidos porque eram o centro do conflito com o presidente Chávez e a Espanha porque tinha reconhecido o golpe na Venezuela. E eu dizia ao Chávez: só tem sentido constituir um Grupo de Amigos se não forem amigos do Chávez. Tem que ser amigo da Venezuela, amigo da democracia da Venezuela. E graças a este Grupo de Amigos, depois de muita discussão, depois de muito vai e vem, com a participação da OEA, nós conseguimos fazer com que as coisas andassem bem na Venezuela.

Eu disse ao presidente Bush aqui, nesta sala, que eu ainda quero, antes de terminar o meu mandato, colocar Bush e Chávez sentados numa mesa para que eles possam discutir suas diferenças. O Chávez tem mágoa porque o Chávez está convencido, diz que tem provas de que o golpe foi organizado por interesse de gente dos Estados Unidos. O presidente Bush não acredita nisso. Isso só vai ser solucionado se as duas pessoas conversarem. É muito engraçado, porque os Estados Unidos precisam da Venezuela.

Jornalista: Em qual sentido?

Presidente: Ele precisa porque grande parte do petróleo consumido nos Estados Unidos é da Venezuela. E a Venezuela precisa dos Estados Unidos,



porque grande parte do petróleo vendido é exatamente para os Estados Unidos, ou seja, a Venezuela tem interesse de vender, os Estados Unidos têm interesse de comprar. Então, eu acho que, em política, tem uma coisa muito forte em que você não pode permitir que boatos prevaleçam sobre as verdades. E se não houver conversa entre os presidentes, se não tiver a predisposição dos dois conversarem e tirarem as diferenças, não tem solução nunca. Por isso que eu trabalho, trabalho muito, para que haja um entendimento entre a Venezuela e os Estados Unidos, que eu acho que o mundo precisa de muita paz e de menos problemas.

A Venezuela precisa se desenvolver, a Venezuela precisa crescer economicamente, porque foram muitos anos de atraso. Eu acho que o Chávez é um presidente que tem valor e muito valor na Venezuela. Agora, eu, de vez em quando, fico preocupado com alguns artigos contra o Chávez nos Estados Unidos, aí é motivo para o Chávez fazer grandes artigos contra os Estados Unidos, ou seja, isso não ajuda. Então, a minha ponderação sempre, tanto com o presidente Bush quanto com o presidente Chávez, é de que em algum momento eles têm que conversar, ou seja, se houve erro no passado, vamos tentar construir a passagem para o futuro, como se tivéssemos construindo uma ponte que foi destruída, vamos construir de novo.

E eu ainda, você pode achar que eu sou um sonhador, mas eu ainda sonho que seja possível, até porque não interessa ao Brasil, e nós faremos todo esforço para que não haja conflito na América do Sul.

Jornalista: Concorde com o Chávez que a Alca está morta?

Presidente: Eu tive oportunidade de, em Mar del Plata, falar um pouco sobre a Alca. Quando eu tomei posse, a Alca era uma questão eminentemente ideológica. O Brasil era dividido assim: os que eram contra a Alca, eram de



esquerda; os que eram favoráveis à Alca eram de direita, ou seja, o que nós fizemos nesses 36 meses? Nós tiramos a carga ideológica da discussão sobre a Alca, privilegiamos a reconstrução do Mercosul, privilegiamos a construção para discutirmos na OMC, como a construção do G-20, que foi criado na reunião de Cancun, e nós não podemos confundir, em nenhum momento, a questão de comércio com a questão ideológica. Não podemos confundir. Hoje, nem os Estados Unidos, e o presidente Bush disse em Mar del Plata que o importante é a gente consolidar os problemas da OMC primeiro para depois a gente discutir o nosso comércio aqui. Porque se você coloca uma carga ideológica numa coisa eminentemente comercial, você termina não fazendo. Hoje, eu posso lhe dizer que nem Estados Unidos, nem Brasil está priorizando a discussão da Alca.

Na última reunião que nós fizemos houve uma divergência entre o México e a Venezuela, que foi publicado na imprensa da Argentina, acho que aqui no Brasil também foi publicado, o México defendendo a Alca e o Chávez contra. Eu disse: não é assim a discussão, um é contra ideologicamente, o outro é favorável ideologicamente. Não. Vamos primeiro resolver o que nós temos que resolver, que é mais importante. Vamos nos preparar para a Rodada de Doha.

Depois que nós terminarmos esse evento, que é o mais importante para os próximos 30 anos, vamos ver o que nós fazemos aqui. Porque muitos países têm tratado de livre comércio com os Estados Unidos. O Brasil tem nos Estados Unidos o seu maior parceiro comercial individual, ou seja, o que nós queremos é aprimorar essas relações, sem criar qualquer possibilidade de sufocar a possibilidade de desenvolvimento dos países menores. Então, eu acho que a Alca hoje não é um problema ideológico, acho que não se discute hoje a Alca como se discutia há quatro anos atrás. Acho que todos nós amadurecemos, todos nós estamos conscientes que, neste mundo globalizado, nós precisamos uns dos outros mais do que nós precisávamos no tempo da



Guerra Fria.

Jornalista: O senhor falou que privilegiou o Mercosul, mas as coisas não estão andando bem no Mercosul, então tem brigas entre os sócios, tem barreiras de tarifas, o Brasil não inscreveu muitas das normas do Mercosul na lei nacional. Então, o Brasil não tem que abrir mão um pouquinho da soberania para melhorar este grupo, como chefe da integração da América do Sul, e se é preciso abrir mão da soberania, como o senhor faria?

Presidente: Vamos ver como era o Mercosul quando eu assumi o governo. Ninguém acreditava mais no Mercosul. Nós tivemos um trabalho intenso para recuperar a confiança no Mercosul. Foi muito importante a eleição do Kirchner, foi muito importante a eleição do Tabaré, foi muito importante a eleição de Nicanor Duarte, no Paraguai, para que nós pudéssemos mostrar que nós não tínhamos que evitar os confrontos. As divergências comerciais, elas acontecem. Quando um setor industrial de um país se sente prejudicado, transforma aquilo numa guerra contra o outro país. Os dirigentes têm que ter paciência para encontrar sempre o meio termo. A minha tese, eu tenho dito em todos os eventos, é que o Brasil, como maior economia do Mercosul, o Brasil tem que ser mais generoso, o Brasil tem que fazer mais concessão, até para que os outros países tenham possibilidade de crescer.

Quando o presidente Kirchner reclama, eu, muitas vezes, compreendo a situação do presidente Kirchner, porque a Argentina foi desindustrializada durante muito tempo e é normal que um presidente de um país queira que as indústrias voltem para o seu país.

Agora, vamos analisar quanto tempo durou a construção da União Européia? Foram muitos anos. E agora mesmo nós tivemos um plebiscito sobre a constituição que foi derrotada na França, foi derrotada no país. Nós



tivemos a Inglaterra que não aceitou a moeda única, ou seja, depois de 50 anos discutindo, ainda tem divergência, com o povo estruturalmente melhor formado que o nosso, com mais anos de escolaridade.

Então, é normal e eu peço apenas a compreensão para as nossas divergências, porque elas são normais para países emergentes que estão tentando construir uma coisa muito parecida com o que foi construído no mundo desenvolvido, mas num tempo menor. O que é importante é a clareza política que nós temos hoje da questão da importância do Mercosul para todos nós. Vai ter divergência? Vai. Sempre haverá contradições nesse mundo globalizado, sempre haverá alguém querendo defender mais um setor. Agora mesmo, no Uruguai e na Argentina, por conta de uma planta de celulose, tem uma divergência.

Eu conheço bem Tabaré e eu conheço bem Kirchner. E, se Deus quiser, eles vão encontrar uma solução para aquilo, até porque eu não vejo como uma planta de celulose pode criar um conflito entre duas nações vizinhas. Os dois Presidentes têm um pensamento ideológico muito aproximado, os dois Presidentes têm consciência da importância da unidade do Mercosul e da importância da unidade da Argentina com o Uruguai. Muitas vezes, por demora de conversar, nós ficamos fazendo política pelo que a imprensa publica ou por aquilo que algumas pessoas falam para a imprensa. E eu penso que logo, logo o Kirchner e o Tabaré sentarão e irão encontrar uma solução.

Eu estou convencido de que não há nenhuma razão maior para que esse conflito ganhe uma dimensão de descontrole.

Jornalista: O senhor falou que o Brasil tem que ser mais, como é o país maior do Mercosul, o Brasil tem que ser mais generoso, mas eu não vejo muito exemplo dessa generosidade.



Presidente: Esse último acordo que foi feito com a Argentina, foi um gesto do Brasil para a Argentina.

Jornalista: As salvaguardas...

Presidente: Foi um gesto do Brasil para a Argentina. Eu tenho defendido publicamente que essas coisas não acontecem por decreto, essas coisas acontecem por convencimento. Eu tenho ponderado aos empresários brasileiros para fazerem investimento no Uruguai e no Paraguai. São países de economia pequena e, portanto, algumas coisas poderiam ser produzidas nesses países para que eles pudessem ter uma participação mais equânime no jogo do Mercosul. Tenho conversado muito com o Kirchner sobre isso e eu acho que nós estamos evoluindo. É importante, quando nós fizermos muita exigência sobre a relação do Mercosul, a gente compreender o seguinte: Argentina e Brasil, historicamente, tinham muitas divergências culturais, no futebol, na música. Só para você ter idéia, quando o Brasil, ainda no tempo do regime militar, resolveu construir a hidrelétrica de Itaipu, os militares argentinos entendiam que Itaipu era um instrumento que poderia ser utilizado para inundar Buenos Aires e nos ameaçaram com a construção da bomba atômica. A diplomacia brasileira tinha muitos problemas com a diplomacia argentina, que tinha muitos problemas com a brasileira. Isso, nós estamos desmontando, tanto o presidente Kirchner quanto eu, tanto o ministro das Relações Exteriores dele quanto o meu, têm trabalhado para que a gente afaste esses anti-brasileiros e esses anti-argentinos do poder de decisão para a gente poder construir uma aliança entre os dois países mais importantes do Cone Sul.

Jornalista: Presidente, pode falar um pouquinho sobre o seu relacionamento com o novo presidente da Bolívia e dizer um pouquinho qual é o conselho



que... Pode falar um pouquinho sobre o seu relacionamento com o Evo Morales?

Presidente: Eu conheço o Evo Morales há muitos anos, desde o tempo do movimento sindical. Eu acho que, do ponto de vista histórico e do ponto de vista sociológico, a eleição do Evo Morales é uma coisa extraordinária, como perspectiva e como possibilidade para o povo boliviano. Lógico que eu tenho consciência de que entre a teoria e a prática há uma distância maior que o Oceano Atlântico e que, portanto, quando a gente ganha um governo, a gente compatibiliza a nossa teoria com a nossa prática. Qual é a diferença? Tem uma música de um cantor brasileiro que diz o seguinte: a diferença entre o teórico e o prático é que o teórico só vê o dia com 24 horas, e o prático vê o dia dividido em manhã, tarde e noite. A praticidade permite que ele veja o dia diferente do teórico, que fala “o dia tem 24 horas e acabou”.

Jornalista: Quem é o cantor?

Presidente: Djavan. É uma música do cantor Djavan. Bem, então tanto eu quanto Kirchner, quanto qualquer... e o Evo Morales, na hora em que a gente ganha a eleição e toma posse, a gente descobre que a arte de governar é a arte de fazer aquilo que é possível fazer. E o possível é apenas um pouco mais difícil, mas ele pode ser feito. Então, o Evo Morales tem condições de ser um avanço para a Bolívia, porque numa população em que mais de setenta por cento é indígena, acho que é justo que o presidente seja eleito do meio deles, como na África do Sul, com setenta e cinco por cento de negros, é importante que o presidente represente a maioria. E eu acho que o Evo Morales tem consciência, primeiro, da situação difícil da Bolívia, tem consciência do significado dos parceiros dele e o Brasil quer ajudar o Evo Morales. Já fiz



reuniões com a Argentina, já fiz reuniões com o Chávez, já fiz reuniões com a Colômbia, todo mundo quer ajudar a Bolívia e quer ajudar o Evo Morales. Obviamente que na medida em que ele diga o que precisa e na medida em que a gente possa fazer algumas coisas. O Brasil pode ajudá-lo, sobretudo na questão da infra-estrutura. E eu estou convencido de que o Evo Morales pode ser um sucesso na Bolívia. É importante sempre lembrar a cultura política na Bolívia, é importante sempre lembrar que o presidente Evo Morales tem uma oportunidade extraordinária de manter a confiança do povo indígena, de manter a confiança do conjunto da sociedade boliviana e, aos poucos, fazer as políticas para atender o desejo da maioria.

Eu vou lhe dar um exemplo. O programa Biodiesel é um programa que pode ser implantado na Bolívia e pode ajudar a fazer com que o agricultor tenha uma opção entre plantar coca e plantar biodiesel, plantar oleaginosa. Essa é uma coisa que pode ajudar, porque muitas vezes eu fico vendo, lendo e estudando o comportamento dos países mais ricos que querem acabar com as drogas, ficam dando dinheiro para o país para isso, ficam mandando as Forças Armadas cuidarem disso, as polícias cuidarem disso. Eu fico imaginando o seguinte: se os Estados Unidos tomassem a atitude de comprar toda a coca produzida na Bolívia e desaparecessem com ela, oferecendo um preço maior que os traficantes, será que não poderia dar uma solução melhor? Se os países ricos resolvessem comprar a produção de coca, por exemplo, e deixassem apenas o suficiente para o povo fazer o seu chá e desaparecessem com a coca, não seria mais eficaz do que ficar querendo resolver com o Exército? Não seria mais eficaz? Por que aí o que iria acontecer? Na pior das hipóteses o preço iria subir tanto que, possivelmente, o preço da cocaína ficaria tão caro que as pessoas deixariam de ter o vício porque não poderiam comprar.

De qualquer forma, nós temos toda a experiência do século passado para não cometer os mesmos erros neste século. Então, eu sou muito otimista



com o Evo Morales, sou muito otimista. Acho que ele está num processo muito recente de início de governo, e sempre será muito difícil o primeiro ano, porque o orçamento foi feito no governo anterior e, portanto, ele não pode definir suas prioridades, mas eu estou torcendo e vou trabalhar. Fiquei muito feliz quando soube que o presidente Bush ligou para ele, porque senão você se afasta das pessoas, porque alguém falou mal daquela pessoa. Eu digo sempre o seguinte: ninguém é 100% mau e ninguém é 100% bom. Ou seja, tem sempre o chamado ponto “G” de bondade em cada um, de valores em cada um, que é esse que nós precisamos descobrir em cada um de nós. E a partir daí fazer as relações que sejam possíveis de se fazer.

Eu acho que a Inglaterra pode ajudar a Bolívia, eu acho que o Brasil pode ajudar, acho que os Estados Unidos podem ajudar porque é uma experiência extraordinária para os povos oprimidos da Bolívia.

Jornalista: Voltando para economia. A economia está crescendo, mas a uma taxa que é a metade da taxa dos outros países em desenvolvimento. Então, o Brasil está na segunda série dos... Por quê?

Presidente: Olha, primeiro eu acho que a gente tem que medir a solidez do Brasil não apenas pelo PIB, porque a história também indica que muitos países cresceram, em vários momentos, mais que 6 ou 7% ao ano e não houve nenhuma distribuição de riqueza, o povo continuou pobre. Nós temos exemplos espalhados pelo mundo de que apenas o crescimento do PIB não significa que o governo esteja fazendo justiça social. No Brasil, nós trabalhamos não com a pressa de fazer com que a economia disparasse em um primeiro momento. Nós queríamos consolidar as bases da macroeconomia para que o Brasil pudesse conquistar um ciclo de crescimento que pudesse durar de 10 a 15 anos, aquilo que os economistas chamam de crescimento sustentável.



Você, que está no Brasil desde o dia em que eu tomei posse, sabe em que situação nós pegamos o Brasil. Você sabe o sofrimento que nós tivemos no primeiro ano, porque muitos que hoje criticam o crescimento do Brasil, que é pouco, em 2003 achavam que a gente não ia dar conta de resolver os problemas do Brasil. Então, nós precisamos, primeiro, de muita prudência, não nos deixar levar pelas críticas, não nos deixar levar pelos elogios, não nos deixar levar pelas coisas que parecem fáceis, mas que, em outros momentos históricos, alguns fizeram e não deram certo.

E eu trazia, na minha consciência, as várias vezes em que foi anunciado pelos quatro cantos do mundo que o Brasil tinha um novo plano econômico, que era um verdadeiro milagre, que ia resolver o problema do Brasil, que o Brasil ia sair... Eu vou dar um exemplo do Plano Real. Nós tínhamos um dólar, precisávamos de três reais para comprar um dólar, e de repente o real ficou mais importante do que o dólar. Você precisava de 81 centavos de real para comprar um dólar. Então, isso aqui foi uma euforia. Todo mundo achava que o Brasil já tinha ganho os quatro cantos do mundo. Não ganhou. E tem outros – eu não vou citar nomes aqui –, mas existiram outros planos em 1986, em 1985, em 1990, de vez em quando aparecia alguém e lançava um plano, e aquilo tinha seis meses de euforia e, depois, 10 anos de depressão e de prejuízo. Para que o Brasil construísse um novo ciclo de crescimento sustentável era preciso primeiro, recuperar a nossa credibilidade externa. Segundo, era preciso que nós controlássemos a inflação. Terceiro, era preciso que nós controlássemos os gastos públicos, gastando apenas aquilo que era o essencial, sem gastar mais que aquilo que a gente produzia.

Eu não via isso como teoria, não, eu via na minha vida prática. Eu, durante 27 anos da minha vida, fiquei dentro de uma fábrica, e a minha mulher sempre me dizia: “Lula, a gente não pode fazer dívida que a gente não pode pagar. Então, se não pode comprar uma geladeira agora, vamos esperar outro momento”. Porque muitas vezes você começa a achar fácil 500 prestações



para você pagar, aí vai comprando um monte de coisa e, no dia em que você começa a pagar, percebe que não dá para pagar.

Isso norteou a nossa cabeça, ou seja, vamos fazer o sacrifício que tivermos que fazer agora para que a gente possa dar ao Brasil a possibilidade de ter 15 anos de crescimento econômico. E eu não quero crescer 10% no ano, 15% no ano, não é essa a minha busca. Eu quero ter um ciclo de crescimento duradouro a uma média de 4%, 5%, para que o Brasil possa recuperar o tempo perdido, e para que as pessoas possam ter certeza de que não haverá mágica na economia. Não haverá nenhum anúncio mirabolante, daqueles que parece que está salva a humanidade e, no dia seguinte, a humanidade está desesperada. Então, nós conseguimos isso. Conseguimos.

Você sabe quanto é que estava o risco-Brasil e quanto ele está hoje? Você sabe que nós tomamos a iniciativa de fazer a reforma tributária e a reforma da Previdência, porque eu entendia que nós tínhamos capital político para gastar, fazendo a reforma naquele momento. Ainda falta a parte da reforma tributária pertinente aos estados, que é para acabar com a guerra fiscal, reduzindo a alíquota do ICMS de 27% para apenas 5%. Muitos que fizeram campanha, dizendo que eram favoráveis à reforma tributária, agora vão ter que dizer porque não fizeram a parte deles. A do governo federal, nós fizemos, falta a parte deles.

Jornalista: Dos governadores?

Presidente: Dos governadores. Bem...

Jornalista: O senhor falou que é importante, e eu concordo, controlar as despesas, mas o que aconteceu durante seu mandato que conseguiu



superávits primários muito altos, bastante altos? Mas, ao mesmo tempo, aumentaram as despesas não financeiras, aumentou muito o salário mínimo, que adiciona um... que machuca o orçamento permanentemente. A dívida não caiu, aumentou, e os juros ficam muito altos, em consequência. O que tem que ser feito para resolver este problema?

Presidente: Veja, o Brasil viveu, durante muitos anos, um eterno dilema. Primeiro o Brasil tem que crescer para depois distribuir. E nós entendemos que é preciso distribuir, junto com o crescimento, para que as coisas se dêem sem aumentar o distanciamento entre as pessoas. Aumentar o salário mínimo é uma necessidade de garantir que a parte mais pobre da população tenha o direito de comer. Nós saímos de 7 bilhões de reais para programas sociais para 22 bilhões de reais. Nós saímos de 2 bilhões e 400 milhões para a agricultura familiar para 9 bilhões. E nós estamos colhendo resultado disso.

A imprensa brasileira tem publicado fartamente o crescimento do consumo nas classes C e D ou nas classes E e D. O que nós fizemos de microcrédito neste país, o que nós fizemos de crédito consignado foi uma revolução do ponto de vista de colocar dinheiro no mercado para que as pessoas possam consumir, e nós estamos alcançando resultado. Tivemos um problema na economia, em 2005, porque a inflação deu sinais de descontrole, mas 2006 vai ser um ano de bom crescimento. As bases estão construídas para a gente dar um salto de qualidade, as bases estão construídas.

O Brasil, você acompanhou muito bem isso, o Brasil não tinha dinheiro para sustentar as suas importações. Hoje, nós nos demos ao luxo de devolver ao FMI 15 bilhões e 600 milhões. Estamos pagando agora os títulos da moratória feita em 86 e queremos liquidar a nossa dívida com o Clube de Paris. E por que estamos fazendo isso? Porque a economia está arrumada, porque temos solidez de reservas. Uma coisa importante é que até a Petrobras, que



sempre foi deficitária na nossa Balança Comercial, em 2005 teve um superávit de 3 bilhões de dólares. Então a situação está, eu diria, razoavelmente preparada, a base está consolidada.

Agora, por exemplo, nós tomamos uma decisão de não permitir que apenas o Banco Central seja o responsável por controlar a inflação. Porque nós decidimos a meta da inflação, o Banco Central tem que perseguir a meta da inflação e, portanto, quando ele percebe que cresce a demanda, o papel dele é então fazer o quê? Reduzir a demanda para poder controlar a inflação.

Mas não pode apenas o Banco Central ter o papel de vilão, até porque a meta de inflação não é decidida pelo Banco Central, é decidida pelo governo. Então, o que nós estamos fazendo? Nós estamos agora num processo de desoneração, redução de alíquotas de importação de produtos que nós sabemos que estão aumentando de preço acima daquilo que deveria aumentar. O ano passado fizemos com o aço, o aço tinha aumentado demais. Nós então reduzimos a alíquota e o aço parou de subir. Então, nós estamos utilizando as alíquotas como uma espécie de comporta numa hidrelétrica. Ou seja, precisa de mais energia, abre a comporta. Precisa de menos, fecha a comporta. Ou melhor, o contrário. Então, nós estamos garantindo com isso que o Banco Central cuide da política monetária, mas que tenha a ajuda do governo no combate à inflação.

Nos primeiros dois anos de governo, nós tivemos os preços administrados subindo 30%, 29% contra uma inflação de 10%. Este ano, nós temos os preços administrados subindo 2%, 1%. Então as coisas estão mais administradas, estão mais controladas e daí é que virá o resultado do crescimento.

Veja, nós aprovamos uma medida agora, eu fiz uma medida provisória isentando de pagamento de Imposto de Renda os estrangeiros que comprarem títulos brasileiros. Por quê? Porque a dívida brasileira, se comparada ao PIB,



não é muito alta. Tem muitos países ricos com uma dívida maior que a nossa. O problema da nossa dívida é o prazo de vencimento. Então, nós estamos colocando títulos e pretendemos vender títulos pré-fixados para 10 anos, para 15 anos, que aí, sim, vão dar maior solidez à nossa economia. E por isso tomamos a medida de isentar de Imposto de Renda os estrangeiros que comprarem títulos diretos do Tesouro. Essa é a medida que, na minha opinião, vai trazer efeitos, no médio prazo, muito importantes.

Jornalista: Eu acho que muitas pessoas concordam com a idéia que o governo tem que ajudar o Banco Central. Mas eu acho que a ajuda mais importante, muitas pessoas acham, é uma redução de longo prazo no déficit. O seu ministro da Fazenda, Antônio Palocci, recentemente defendeu um acordo social para reduzir gastos do governo e melhorar a qualidade deles. O senhor vai lutar para esse acordo social? Concorda com a ministra, Dilma que...

Presidente: Veja, há duas coisas importantes: não há divergência entre o Palocci e a Dilma sobre a justiça da política fiscal. O que se discute, na verdade, é o tempo para se fazer isso. Este é um ano eleitoral em que dificilmente você conseguirá fazer um acordo social, mas eu tenho consciência de que, num período de maior tranquilidade, acho que todos concordarão que a gente tenha uma política com o compromisso de não gastar mais que a gente pode gastar. Estou convencido disso, e eu conheço bem as pessoas para saber que o movimento social está disposto a fazer isso, o governo está disposto a fazer isso e eu espero que o Congresso Nacional esteja disposto a fazer isso. Agora, o que é importante para nós? O Estado brasileiro é um Estado que estava totalmente desarticulado. Você viu o que aconteceu conosco quando a imprensa internacional publicou um crescimento do desmatamento na Amazônia, porque você não tinha fiscal, você não tinha ninguém. Você tinha o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, sem poder



funcionar.

O que aconteceu depois que nós arrumamos o Ministério? A ministra Marina anunciou 31% na redução do desmatamento, o que demonstra que não existe essa história de que o Estado não pode fazer nada. O Estado tem um papel a cumprir. Quanto mais sólido for o Estado, mais flexível será o Estado, quanto mais arrumado estiver o Estado, mais o Estado pode ir saindo de determinadas atividades. O Estado, muitas vezes, só é muito forte se a economia estiver totalmente desarrumada e ele for responsável por tudo. Nós não queremos ser responsáveis por tudo, nós achamos que os empresários têm um papel importante, a iniciativa privada tem um papel importante, e nós achamos que o Estado tem um papel importante. E achamos que, paulatinamente, o Estado não precisa estar inserido na economia.

Mas como fazer educação sem o Estado investir na recuperação de professores? Nós tivemos que contratar 9.008 docentes para preencher vagas e atender novos cursos. Nós estamos criando quatro universidades federais novas, estamos transformando seis faculdades em universidades e estamos criando 32 extensões universitárias, levando-as para o interior do país. E por que estamos fazendo isso? Porque estamos convencidos de que se o Brasil não investir na educação nós não daremos o salto de qualidade que a Inglaterra deu, que a França deu, que a Coreia deu. Nós precisamos dar esse salto de qualidade.

O Congresso Nacional vai votar o Fundo Nacional de Educação Básica para dar sustentabilidade à nossa política de atender melhor o ensino fundamental. Aumentamos para nove anos o tempo de escolaridade das nossas crianças, estamos construindo 32 escolas técnicas, das quais inaugurarei 25 agora, porque na medida em que o Brasil cresça, nós precisamos de mão-de-obra qualificada. É isso que vai dar vantagens comparativas para o Brasil neste mundo globalizado. Bom, então nós



contratamos professores. Aí se contrata muita gente? Nós estamos contratando o essencial. Quando o Estado estiver preparado para atender as necessidades da demanda, certamente nós não precisaremos contratar mais ninguém. Mas como cuidar da saúde sem médico? Como cuidar da educação sem professores? Eu vou lhe dar um exemplo. Nós criamos uma coisa chamada ProUni. Com uma isenção muito pequena, nós fizemos o maior programa de bolsa de estudos da história do Brasil. São 203 mil bolsas entre janeiro de 2005 e janeiro de 2006, das quais trinta por cento são para a comunidade afro-descendente. Então, é uma coisa extraordinária. São 38 mil jovens negros na universidade, coisa que era impossível pensar há 10 anos.

Então o Estado brasileiro... quero te dizer de coração. Eu vim do movimento sindical, cheguei à Presidência da República, e eu digo sempre o seguinte: eu não jogarei fora esta oportunidade que o povo me deu. Não jogarei fora. E eu sei que, para não jogar fora, eu tenho, sobretudo, que mostrar ao povo brasileiro a seriedade com que nós tratamos o Estado brasileiro, tratamos a economia e tratamos o social. E isso ficou demonstrado. Quantos países conseguiram dar o exemplo que nós demos de uma forte política de responsabilidade fiscal, uma forte política fiscal e ao mesmo tempo uma forte política social.

Jornalista: Normalmente os governos, em geral, só têm duas ou três mudanças importantes que podem fazer durante o mandato, normalmente no início do mandato. Então, o que o senhor acha que são as medidas mais... as reformas mais importantes para o próximo presidente tomar?

Presidente: Olhe, primeiro nós precisamos concluir a reforma política. Não, a reforma tributária. Segundo, nós precisamos votar, no Congresso Nacional, a reforma da estrutura sindical. O Fórum Nacional do Trabalho está discutindo a



reforma trabalhista, e nós temos que fazer a reforma política. O sistema político brasileiro precisa ser analisado com muito cuidado. Em qualquer país do mundo, alguém que teve 49 por cento dos votos no primeiro turno teria, pelo menos, 50 por cento do Congresso Nacional. Pelo sistema eleitoral brasileiro, eu tive 49 por cento dos votos no primeiro turno e só tive 14 senadores, de 81, e só tive 90 deputados, de 513. Então, nós precisamos fazer uma reforma política que dê ao Brasil a seriedade que o país precisa ter no mundo. E eu acho que essas são as reformas que deverão ser feitas de forma prioritária, porque a reforma agrária já faz parte do cotidiano deste país e ela vai sendo feita. Mas a reforma política, a reforma tributária, a reforma trabalhista, que está se discutindo no Fórum Nacional do Trabalho, e a reforma sindical – a proposta já está pronta – têm que ser votadas no Congresso Nacional.

Jornalista: A reforma trabalhista vai flexibilizar as condições de contratar e até demitir pessoas?

Presidente: Veja, hoje demitir não é problema no Brasil. Se demite até demais. Eu duvido que, na Inglaterra, se demita o tanto que se demite no Brasil. O turnover no Brasil é muito alto. O que nós queremos fazer na reforma trabalhista – e não sou eu quem vai fazer, tem que ser os sindicalistas, com a participação do governo, com a participação dos empresários e com a participação do Congresso Nacional – é adequar a nossa legislação trabalhista ao século XXI. A nossa legislação é de 1943, portanto, é preciso adequá-la para que a gente possa tornar algumas coisas, que hoje são difíceis, nós queremos facilitar a contratação dos trabalhadores, queremos que fique mais fácil o empresário contratar um trabalhador, que fique menos oneroso para o empregador contratar um trabalhador, mas queremos que o trabalhador seja tratado com mais dignidade e com mais respeito. Eu acho que há, hoje, uma



confluência de interesses entre os empresários, representados pelos seus sindicatos, e os trabalhadores. Eu estou convencido que nós vamos apresentar uma boa proposta de reforma trabalhista que terá sensibilidade do Congresso Nacional. Até porque ela não é do governo, ela é da sociedade, como a reforma da universidade que estamos fazendo. Não é reforma minha. Mais de duas mil pessoas participaram da construção da reforma, ela está no Congresso Nacional. Eu tenho dito para as pessoas: a reforma universitária não é do governo, é da sociedade. Então, votem, porque assim a gente vai dar autonomia para a nossa universidade.

Jornalista: O senhor não mencionou uma reforma da Previdência, mas muitas pessoas acham que o problema fundamental, de longo prazo, na política fiscal é o problema da Previdência?

Presidente: Deixa eu lhe falar uma coisa importante. Veja, nós acabamos de fazer uma reforma da Previdência. Na parte mais grave, que era setor público, nós avançamos bastante. E nós trabalhamos numa coisa de médio e longo prazos, nunca de curto prazo. O nosso desejo, trabalhamos para que a gente reduza o déficit da Previdência em pelo menos 40 bilhões, nos próximos 15 anos.

Estamos, agora, fazendo o mais sério censo que já foi feito na história da Previdência Social, para que a gente possa descobrir pessoas que não contribuíram e que estão recebendo benefício, descobrir fraude na Previdência Social. Modernizamos a máquina arrecadadora da Previdência Social, criamos a Super Receita para poder ter uma única receita arrecadadora do Brasil, não ter duas. E tudo isso vai trazer benefício para a Previdência. O que nós precisamos é ter um pouco de paciência porque, muitas vezes, a pressa não ajuda a gente a resolver o problema.



O ministro Nelson Machado está convencido de que o papel dele é dar o grande passo para que a gente possa diminuir o déficit da Previdência Social no Brasil, tanto a pública quanto a privada.

Jornalista: Mas não precisa de mais uma reforma fundamental para a Previdência, por exemplo, alongar a idade de aposentadoria?

Presidente: Olhe, deixa eu lhe falar uma coisa. A sociedade mundial... porque o problema da Previdência não é um problema do Brasil, o problema da Previdência tem na Inglaterra, tem na França, tem na Alemanha, tem nos Estados Unidos, tem em qualquer país. E na medida em que há um avanço na longevidade das pessoas, na medida que vai melhorando a qualidade de vida no mundo, do trabalho das pessoas, e na medida em que vai aumentando a média de idade das pessoas, a Previdência vai ter que ir se adequando a isso. Ela vai ter que ir se adequando, porque no Brasil nós temos pessoas com 48 anos que se aposentam, ele vai viver mais tempo recebendo aposentadoria do que o tempo que ele trabalhou. E isso, nós sabemos que tem que passar por um outro processo. Mas nós temos que fazer uma coisa de cada vez, porque se tentarmos fazer tudo de uma vez, terminaremos por não fazer.

Jornalista: O próximo governo, se o PT ganhar as eleições, o próximo governo deveria ser menos petista do que este governo?

Presidente: Veja, dificilmente um governo deixará de ser a cara do partido que ganhou as eleições. E eu não tenho nenhuma ilusão que o Partido Trabalhista inglês é a cara do governo do Tony Blair, não tenho conhecimento de que os conservadores estão governando o país junto com o Tony Blair. Da mesma



forma que eu tenho convicção de que o Partido Republicano é quem governa os Estados Unidos. Aonde houve uma coalisão foi na Alemanha, porque houve praticamente um empate técnico no resultado eleitoral, então...

No Brasil, o governo não é do PT. Vamos analisar. O dado é o seguinte: eu tenho um núcleo do PT, eu tenho o Ministério da Saúde no PMDB, eu tenho o Ministério das Minas e Energia no PMDB, eu tenho o Ministério das Comunicações no PMDB, eu tenho o Ministério dos Transportes na mão do PL, eu tenho o Ministério da Ciência e Tecnologia na mão do PSB, eu tenho o Ministério do Esporte na mão do PCdoB, eu tenho o Ministério das Cidades na mão do PP. E tenho mais Márcio Thomaz Bastos, Furlan, Roberto Rodrigues, Celso Amorim, que não são de nenhum partido político. Então aqui, nessa brincadeira, já são 12. Eu duvido que você encontre, no mundo afora, algum partido que ganhou as eleições que tenha 12 Ministérios que não são do seu partido.

Jornalista: O PT perdeu...

Presidente: Agora, um dado só. O ideal é que a gente possa ter um governo que não represente apenas uma força política. Isso é mais forte no regime de bipartidarismo. No Brasil, sempre que alguém ganhar as eleições, ele vai ter que fazer composição, porque a lógica da eleição brasileira não permite que um partido tenha 300 deputados, ou que tenha 50 senadores. Portanto, ele sempre vai ter que fazer composição para governar, sempre. Agora, você só faz composição com quem quer fazer composição. Você não faz composição com quem quer ser de oposição.

Jornalista: Vai aliar com os partidos do centro? O PT vai se aliar com os



partidos do centro na eleição?

Presidente: Veja, eu não sei, porque ainda não começamos a discutir a questão eleitoral. Pelo menos eu não comecei a discutir. Mas, certamente, o PT vai tentar fazer uma aliança política com os partidos que lhe sustentam hoje. Até porque já está definido que a oposição será a oposição que é hoje. Então, nós vamos tentar fazer composição, para disputar as eleições, com todos os partidos que quiserem fazer aliança com o PT.

Jornalista: O PT perdeu o direito à bandeira ética, na política, aqui no Brasil.

Presidente: Não é o que as pesquisas mostram. Eu vou dizer uma coisa: o maior atestado de idoneidade que o PT precisa são os resultados das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Jornalista: A maior...

Presidente: O maior atestado de idoneidade que o Brasil... Não é de honestidade.

Presidente: Bom, qual é o problema? O problema é que você, vivendo no Brasil, você acompanhou de perto o massacre que o PT sofreu. O PT tem culpa, o PT vai ter que, ao longo dos próximos anos, convencer a sociedade de muita coisa, mas eu acho que aqueles que nos atacaram gratuitamente também vão ter que fazer reflexão do que fizeram neste país.

Eu digo sempre que o que dá a um partido político credibilidade junto à



sociedade é os acusadores não provarem as suas acusações, o que é uma coisa muito habitual no Brasil. No Brasil, a coisa mais fácil do mundo é você fazer uma acusação; a coisa mais difícil do mundo é você pedir desculpas.

Jornalista: Mas muito já foi provado, além do caixa dois. Parece que a CPI dos Correios vai apresentar provas que fundos de pensão, por exemplo, foram usados para abastecer caixa dois de vários partidos, do PT inclusive.

Presidente: Vamos aguardar os resultados. Como eu não conheço o relatório ainda, e o relatório tanto pode ser uma peça de acusação quanto pode ser uma peça de defesa, eu prefiro aguardar o relatório. Não cabe ao Presidente da República ficar fazendo pré-julgamento sobre coisas que as pessoas falam. A única convicção que eu tenho é de que o relatório será o grande instrumento de defesa do PT, qualquer que seja o relatório.

Jornalista: Será um grande instrumento de defesa do PT?

Presidente: Sim. Como será um grande instrumento de ataque da oposição, como será um grande instrumento de ataque. Agora, depois que a CPI terminar seu relatório, tem a Polícia Federal, tem o Ministério Público e tem o Poder Judiciário.

Jornalista: Mas esse massacre do PT não é, de uma certa forma, justificável? Porque o PT sempre levou a bandeira de ética e...

Presidente: Mas eu não estou dizendo que não é justificável. Não, acho que o



PT errou e, portanto, o PT vai ter que se explicar para a sociedade. Eu tenho dito isso. Eu disse isso na festa do PT. O PT não passará impune pelo que ele fez. As pessoas que cometeram... O PT é uma coisa muito grande, o PT é um partido com quase 1 milhão de filiados espalhados pelo mundo afora. Você não pode julgar o partido porque meia dúzia de pessoas do partido cometeram erro. Uma família não pode ser condenada se um filho daquela família cometeu um crime.

Jornalista: Mas esse erro fez parte do sistema de financiamento do partido, então fez parte da máquina essencial e até abasteceu a campanha do senhor.

Presidente: Veja, primeiro, quando eu fui candidato a Presidente, eu não era Presidente da República, portanto, não tinha como o PT se abastecer de dinheiro da máquina, porque estava na oposição. Não conheço, na história, não conheço. Segundo, por enquanto, o que se sabe é o que os adversários estão falando.

Eu, como sou muito cauteloso, eu prefiro esperar o resultado da CPI. Eu já vi, neste país, muita insanidade em acusação. Este país teve um caso, não muito distante, em que um cidadão que tinha uma escola privada foi acusado de pedofilia. Este cidadão perdeu a família, perdeu a escola e, depois provou que era inocente. Ele não recuperou a família e não recuperou a escola.

Então nessas coisas eu sou muito cuidadoso. Quando a gente atinge 60 anos de idade e os cabelos começam a ficar brancos, a gente começa a contar até 10 antes de falar as coisas. Eu não acuso nenhuma pessoa sem prova, porque eu acho que tão grave quanto alguém que pratica um ato ilícito é alguém que pratica um ato de leviandade.



Jornalista: Como se pode prevenir uma coisa assim?

Presidente: Eu acho que a reforma política pode ajudar se você criar um fundo público para as eleições, se você proíbe dinheiro privado no processo eleitoral, se você tiver maior controle de fiscalização pela Justiça Eleitoral, você pode diminuir muito os erros que podem ser cometidos por um partido político.

Jornalista: Mas o Congresso não fez quase nada, o governo não fez muito para reformar a política.

Presidente: Não, nós mandamos. O governo, eu criei uma comissão, coordenada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pegamos todas as propostas que tinha dentro do Congresso Nacional, levamos à Mesa do Congresso Nacional. Agora, o Poder Executivo não impõe o ritmo de uma votação, sobretudo quando se trata de reforma política, porque não é uma tarefa do Presidente da República, é uma tarefa do Congresso Nacional e dos partidos políticos.

Jornalista: Acho que uma coisa, uma raiz do problema, o número de cargos de confiança, que aqui no país chega a 20 mil, eu acho, precisa de uma reforma que diminua este número de cargos de confiança.

Presidente: Precisa. Eu sou defensor – e já tomamos medidas para isso – de que a máquina pública tenha o maior número de funcionários de carreira, independentemente de quem seja o Presidente da República ou de quem seja o partido, a máquina tem que funcionar, esse é o processo que nós precisamos



construir no Brasil.

Jornalista: Mas já tem um processo agora, uma reforma fundamental da...

Presidente: Mas nós já fizemos, já anunciamos medidas, depois o André pode te dar as medidas anunciadas pela ministra Dilma, sobre a questão de diminuir o número de cargos públicos. Agora, essas coisas são feitas na medida em que a gente vai conquistando um profissionalismo na máquina pública brasileira, criando funções de Estado cada vez mais importantes, cada vez mais preparadas, para que a gente não tenha que trazer mais do que o necessário para trabalhar na máquina pública.

Jornalista: O senhor falou da qualidade na educação, a importância da qualidade na educação, é muito importante, mas não se consegue só com dinheiro, se consegue também através de melhor gerenciamento das escolas. Eu queria saber se o senhor acha importante, por exemplo, conceder aos diretores das escolas o poder de contratarem e demitir professores, vincular salários dos professores ao desempenho deles? O senhor torceria por reformas assim?

Presidente: Veja, a reforma universitária é exatamente isso, é dar autonomia administrativa para as universidades brasileiras.

Jornalista: Mas eu estou falando das escolas básicas e médias.

Presidente: Veja, as escolas básicas e médias no Brasil são da



responsabilidade dos estados e dos municípios.

Jornalista: Eu sei, mas o senhor tem papel em...

Presidente: Eu acho importante. Quanto mais liberdade e quanto mais autonomia tiver, melhor. Eu sou daqueles que defende que a liberdade não faz mal a ninguém, ela muitas vezes cria mais debate, mas é extraordinariamente essencial. O governo federal tem responsabilidade direta pelo ensino técnico e pela universidade brasileira, estamos fazendo muita coisa. Estamos fazendo o que há muitos anos não era feito no Brasil, porque sabemos que é disso que o Brasil necessita: escola de qualidade.

Eu vou lhe dar um exemplo que aconteceu recentemente. Eu resolvi pedir ao Ministro da Educação que fizesse as Olimpíadas da Matemática. No Brasil havia quem dissesse que pobre não participaria das Olimpíadas da Matemática, porque só tinha experiência na escola privada. Sabe quantas crianças se inscreveram? Onze milhões e meio de crianças.

Jornalista: 11 milhões?

Presidente: É. Sabe quantos participaram das Olimpíadas? Dez milhões e meio. Sabe quantos gênios nós descobrimos? Trinta mil crianças com perspectiva de serem gênios. Sabe quem foi o primeiro colocado? Uma criança cega, surda e paraplégica, que entrou na escola com 10 anos de idade. Agora, eu vou começar a fazer a Olimpíada de Português também.

Estamos com um programa de formação de jovens, que depois o André pode te dar os números, vários programas de formação profissional. Este ano



vamos recrutar 100 mil soldados a mais, 100 mil jovens a mais para que eles possam fazer, além do serviço militar, fazer curso profissionalizante.

Criamos o ProJovem, em parceria com as prefeituras para tirar jovens da periferia, jovens que desistiram da escola e que têm de 18 a 24 anos, que não trabalham. Nós estamos trazendo para a escola, estamos dando um salário, uma ajuda de 120 reais por mês para que eles concluam o seu curso e que possam aprender uma profissão.

Nós temos uma escola de fábrica em que já temos 11 mil alunos fazendo curso dentro da própria fábrica. Nós temos o Consórcio da Juventude, do Ministério do Trabalho, e nós estamos, eu diria, quase que alucinados para recuperar o tempo perdido na formação profissional dos nossos jovens. E esse é um desafio extraordinário. E nós sabemos que o Brasil só vai dar um salto com educação de qualidade.

Jornalista: Presidente, o tempo está acabando, infelizmente, porque tenho muitas coisas que eu queria perguntar. Mas queria voltar brevemente ao assunto da política fiscal. Tem um plano de longo prazo que o Ministério do Planejamento apresentou, que inclui um teto nas despesas primárias, com desvinculação do salário mínimo da Previdência e a eliminação do déficit público. O senhor concorda com este plano?

Presidente: Primeiro, quero lhe dizer uma coisa. Na LDO que nós enviamos ao Congresso Nacional, em junho do ano passado, nós já limitamos os gastos públicos em 17% - veja o número, 16 ou 17 – isso já está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi para o Congresso Nacional.

Segundo, desvincular o salário mínimo é fácil de falar e muito difícil de fazer. Eu chamei a atenção do meu Ministro do Planejamento, que na hora que



you have a thesis, before you talk about the thesis to the press, you have to pass it through the government to convince the government, because otherwise it will be a child aborted. Do not have doubts about anything, if you have something that I do not open my hand, in my personal life and in my public life, it is only to spend what I have, and not to spend to leave debt for others.

Second, I do not think of Brazil for my mandate, I think of Brazil for 30 years. Third, I do not open my hand for fiscal seriousness, because it is she who will give me internal and external confidence. Now, at the same time, we work with two hands functioning simultaneously: a strong fiscal policy and a strong social policy. And we prove that they are not incompatible.

Jornalista: Mas são incompatíveis como uma queda da carga tributária?

Presidente: Veja, o problema do Brasil, qual é? Vamos analisar o seguinte: eu estou há três anos no governo, não aumentamos nenhuma alíquota de imposto até agora. Por que nós estamos arrecadando mais? Primeiro, porque houve muito ganho das empresas, e o grande aumento que nós tivemos foi no Imposto de Renda. Segundo, porque a fiscalização melhorou. A eficiência da máquina arrecadadora e o ganho das empresas fizeram com que nós tivéssemos mais arrecadação. Mas também, por outro lado, depois o André pode te dar a lista de produtos e de coisas que nós desoneramos este ano. Foram muitos, acabamos de fazer a desoneração de 38 produtos da construção civil para facilitar a construção de casas neste país.

Jornalista: Então a carga tributária atual incomoda ou não?

Presidente: Ela incomoda. Eu acho que ela... O ideal é que, na medida em



que nós estamos criando a Super Receita, na medida em que ela começar a funcionar corretamente, nós vamos ter a possibilidade de ir reduzindo a carga tributária, porque você reduz as alíquotas e aumenta a base de contribuintes. Então, vai ficar mais justo para todo mundo.

Jornalista: O Bolsa Família está funcionando bem como programa social, mas muitas pessoas acham ou o chamam de assistencialista. Queria saber quais as mudanças o Programa deveria sofrer para tornar-se menos assistencialista?

Presidente: O Programa é o mais importante programa de transferência de renda que nós temos no mundo. Melhor do que este, só pleno emprego e salário, que é o objetivo que nós queremos atingir. O programa Bolsa Família não é um programa definitivo, ele é um programa emergencial. E nós, para dar seriedade ao Programa, colocamos algumas condições. Qual é a condição? É a criança freqüentar a escola, fazer todas as vacinas que tem que fazer e a mãe gestante fazer todos os exames que tem que fazer. Fizemos parceria com o Ministério Público dos estados e com a sociedade, que tem os Conselhos, para que a gente possa melhorar o cadastro, porque o nosso grande problema era o cadastro. Já temos 8 milhões e 700 mil famílias. É muita gente. Obviamente que, de vez em quando, aparece um erro, aparece alguém que não merecia estar recebendo e está recebendo, mas aí não é culpa do governo federal. Quem faz o cadastro não somos nós. É a cidade, lá embaixo, é a prefeitura. Na medida em que a gente vai pegando, a gente vai afastando e vai colocando quem precisa realmente. Então, não é um programa definitivo, é um programa emergencial. Meu sonho e meu desejo é que, um dia, a gente não precise mais desse programa Bolsa Família, porque ele terá gerado emprego e gerado distribuição de renda.



Jornalista: Última pergunta, então. Eu tenho que escolher bem, porque tem várias. O senhor acha que a democracia está consolidada e irreversível no Brasil, ou vai haver ainda problemas de governabilidade por causa dessa fragmentação política?

Presidente: A democracia, no Brasil, está consolidada, as instituições estão consolidadas e não há terremoto político que possa quebrar os alicerces da democracia brasileira. As divergências, no Brasil, não são diferentes das divergências de qualquer país do mundo. Uma vez eu vi, no Parlamento alemão, alguém jogar um copo de sangue no Schroeder.

Jornalista: Um copo de sangue?

Presidente: Um copo, um negócio de sangue nele. Uma vez eu vi, na Inglaterra, no Parlamento inglês, alguém jogar um negócio de talco no Tony Blair. A democracia, no Brasil, não passa do palavreado. As divergências nossas são muito de palavras. Aqui, no Brasil, a democracia é tão sólida que não há agressão física. Há agressão verbal. É o máximo que a nossa democracia permite.

Jornalista: Mais uma. Na eleição vai haver muitas comparações entre seu mandato e o mandato do Fernando Henrique, mas eu queria que o senhor comparasse o Brasil de hoje com o Brasil do futuro.

Presidente: Deixa eu lhe dizer uma coisa. Eu não tenho interesse de fazer comparação com qualquer governo. O que eu tenho é o dever de mostrar para



a sociedade brasileira que, em nenhum momento da história econômica do Brasil, em nenhum momento, seja de 20 anos, de 30 ou de 40 anos atrás, nós tivemos os fundamentos sólidos que nós temos hoje para dar o salto de qualidade que precisamos dar. Nós temos risco-Brasil muito baixo, nós temos superávit comercial bom, nós temos exportações boas, temos superávit de conta-corrente, ou seja, temos todas as condições do mundo para falar para a sociedade que não houve momento na história do Brasil em que a gente tivesse um conjunto de fatores tão positivo como nós temos hoje. E o Brasil do futuro que eu quero mostrar é um Brasil melhor, é o que é possível para melhorar, para sair do padrão que nós estamos e ganhar um outro padrão. Passa por um forte investimento na educação brasileira, passa por um forte investimento na formação profissional da nossa gente, passa por uma política de desoneração de tributos para facilitar novos investimentos no Brasil, passa por grandes investimentos em ciência e tecnologia e, certamente, o resultado de tudo isso será crescimento econômico e distribuição de renda.

Jornalista: Por um enxugamento do Estado, porque o senhor falou que o Estado deveria sair de algumas atividades. Quais atividades?

Presidente: Na verdade, o Estado hoje já saiu de quase todas as atividades. Veja, o ideal é que o Estado brasileiro seja um Estado necessário, apenas isso. Nem mais e nem menos. O dia em que eu atingir o padrão que tem o Estado inglês, ou o Estado alemão ou o Estado americano, quem sabe você possa até flexibilizar mais o Estado? Mas hoje, sem o Estado, várias economias da América do Sul não funcionariam, porque tem coisas que, ou o Estado faz ou não faz. Por exemplo, ano passado nós aprovamos o PPP. O PPP era um projeto cantado em verso e prosa como a solução da humanidade. Fizemos o PPP, aprovamos o Fundo Garantidor, mas até agora eu não tenho nenhum



projeto do PPP. Por quê? Porque muita gente está esperando que o Estado faça. E olha que eu tenho trabalhado para fazer o PPP. Tenho trabalhado. Porque também não é um toque de mágica. Essas coisas não acontecem com um toque de mágica. Essas coisas você constrói. Você vai construindo, vai construindo, vai construindo, um dia acontece. E eu acho que o Brasil está preparado para acontecer.

Jornalista: Quando eu cheguei aqui, acho que em fevereiro de 2003, o senhor assistiu ao Fórum Social e, depois em Davos, eu escrevi um artigo sobre o senhor chamado “Homem de dois mundos”. Este ano não assistiu nem um e nem outro. O senhor ainda é homem de dois mundos?

Presidente: Boa pergunta, porque eu tinha idéia de ir aos dois. Acontece que, para um presidente da República se deslocar do seu país para ir participar de um Fórum em outro país, é quase que uma visita de chefe de Estado. É muita complicação. A idéia, nós chegamos a discutir de fazer no Fórum Social em Caracas, uma espécie de... um movimento do Mercosul em que nós pudéssemos levar todos os presidentes do Mercosul para conversar. Não foi possível articular, porque todas as vezes que envolve o Estado, tem muita dificuldade. E eu não fui ao Fórum Social Mundial porque nós não conseguimos organizar corretamente. Eu tinha vontade de ir porque como eu fui em 25 de janeiro de 2003, eu tinha interesse de ir em janeiro de 2004 para mostrar o que nós tínhamos feito no Brasil. Mas, quando eu decidi, já estava muito em cima da hora. E já estavam praticamente todas as mesas comprometidas, não era possível você fazer um rearranjo. Mas eu tenho fé em Deus de poder, dia 25 de janeiro de 2006, de 2007, se eu for candidato e for reeleito, ou se eu não for candidato, de ir aos dois Fóruns para mostrar o que aconteceu no Brasil nesses quatro anos.



Jornalista: Então ainda joga este papel de ponte entre os dois mundos.

Presidente: É, porque eu tenho uma relação boa com os dois mundos. Deixa eu lhe fazer uma sugestão. Eu tenho outras agendas a cumprir. Se tiver alguma pergunta interessante, André, ou ele pode deixar contigo e eu respondo e você passa para ele. Pode deixar que... Quando você vai fazer esta matéria?

Jornalista: Na semana que vem.

Presidente: Pois bem, André, se tiver alguma coisa que ele ache interessante que não perguntou ainda, ele poderia deixar contigo, porque o Álvaro já está esperando ali há algum tempo. E eu, na quarta-feira, venho trabalhar, diferentemente da maioria que gosta de Carnaval, que tem até o meio-dia sem trabalhar. Você também não vai trabalhar até meio-dia, vai pular carnaval?

Jornalista: Infelizmente, para preparar a matéria, eu tenho que...

Presidente: Eu estou aqui na terça-feira à noite e na quarta-feira você poderia dizer: Presidente, tem quatro perguntas que estão para ser respondidas. Eu respondo para você, você passa para ele.

E eu estou com muita expectativa com a minha visita à Inglaterra. Estou com expectativa no bom relacionamento que estamos tendo com o Tony Blair, acho que a Inglaterra pode jogar um papel importante nessa questão da OMC. Eu sinto no Tony Blair, vontade. Vi agora, numa declaração do Pascoal Lamy, dizer que os presidentes não vão interferir, e eu quero dizer que não me



preocupa a declaração do Pascoal Lamy, ele está no papel dele. O que me preocupa é saber o que está pensando o Tony Blair, o que está pensando o Bush, o que está pensando quem tem o poder de decisão.

Jornalista: O senhor propôs uma cúpula?

Presidente: Eu propus a necessidade de fazermos uma reunião, em algum momento, antes da Rodada de Doha. Eu, por exemplo, se em maio tiver a cúpula América Latina e União Européia, pode ficar certo que eu pegarei um avião e irei para lá, se os principais líderes estiverem participando. Se estiver Tony Blair, Chirac, pode ficar certo que eu vou, porque eu sou teimoso e não descanso das minhas teses. E eu acho que é isso, quer dizer, eu acho que a Inglaterra pode ser um parceiro importante para a gente flexibilizar as discussões na OMC. Está bem?

Jornalista: Muito obrigado, Presidente.